

O TÓPICO EM TEXTOS FALADOS E ESCRITOS

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
ptgal@uel.br

RESUMO

Embora pareça um truísmo, cabe ressaltar que o tópico ou assunto constitui um elemento essencial em qualquer forma de interação falada ou escrita: as pessoas falam ou escrevem por terem algo a dizer, nem que sejam amenidades ou considerações apenas para preencher o tempo. Dessa forma, o tópico ("aquilo de que se está falando") constitui o elemento que desencadeia e mantém a interação entre os interlocutores (no texto falado) ou entre o autor e o leitor (no texto escrito). A partir das considerações anteriores, este minicurso propõe-se a discutir de forma correlativa os processos de construção do tópico em textos falados, com o objetivo de verificar de que forma os tópicos são introduzidos, expandidos e retomados nas duas formas de interação verbal, a fala e a escrita. Para tanto, serão apresentados os procedimentos de introdução, expansão e encerramento do tópico, com a finalidade de verificar os procedimentos mais recorrentes e as diferenças entre a fala e a escrita. Também se discutirá a associação entre o desenvolvimento do tópico e a construção da representação do objeto do discurso.

1. Considerações iniciais

Este trabalho discute os procedimentos mais comuns de expansão do tópico discursivo na interação simétrica. Para a consecução desse objetivo, a exposição é dividida em duas seções: a primeira é dedicada à conceituação de tópicos e à exposição de suas propriedades; na segunda, são analisados os três procedimentos mais frequentes de explicitação do tópico: a explicitação, a exemplificação (ou analogia), as relações causais.

O *corpus* é constituído pelos inquéritos nº 062, 333, 343 e 360. Trata-se de diálogos entre dois informantes (D2), cuja transcrição está publicada em Castilho e Preci (1987). O *corpus* escrito, por sua vez, é constituído por textos extraídos dos jornais *Gazeta do Povo* (GP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP).

2. O tópico discursivo e suas características

2.1. Conceito e característica do tópico discursivo

O tópico discursivo pode ser considerado um dos elementos essenciais na produção da fala e, por conseguinte, dos estudos de língua falada, por abranger dois aspectos, ou melhor, dois princípios fundamentais para o estudo da fala: o princípio fundamentador e o organizador. O primeiro deles relaciona-se com o fato de o tópico (aqui entendido como ideia, assunto, alvo) constituir o ponto referência ou, simplesmente, o referente (ideia, assunto, alvo), algo imprescindível para a elaboração da fala. O princípio *organizador*, por sua vez, diz respeito ao próprio desenvolvimento dos referentes. Antes de aprofundarmos estas ideias, é interessante observar o que dizem os autores:

Fávero (1999), ao analisar a coesão e coerência textuais, afirma haver, de modo geral, coerência no texto. Porém, como ele obedece a processos de ordem cognitiva “muitas vezes se torna difícil detectar as marcas linguísticas e discursivas dessa coerência, pois ela geralmente não se dá com base nas marcas, *mas na relação entre os referentes: daí a importância que a noção de tópico e de desenvolvimento dos tópicos na conversação vem adquirindo ultimamente*” (FÁVERO, 1999, p. 93. Grifo nosso).

Marcuschi (1986, p. 77), ao discutir a organização do tópico, afirma que “só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar, nem que seja sobre futilidades ou sobre o tempo, e se isto é conversado”. É a isso que se refere Goffman, quando sugere que uma conversação é uma “interação centrada”. Brait também compartilha dessa ideia. Em suas palavras, o tópico discursivo é “parte constitutiva do texto na medida em que os interlocutores só podem se relacionar a partir da presença desse aspecto” (1993, p. 209).

Jubran *et alii* (1993, p. 360), por sua vez, acrescentam que a noção de tópico define, além da ideia de Goffman acerca da conversação como uma “interação centrada”, o seu – da conversação – movimento dinâmico, fazendo do próprio discursivo “um elemento decisivo na constituição do texto oral, e a estruturação tópica serve como um fio condutor da organização discursiva”.

A partir dessas considerações, percebe-se que a noção de tópico está sendo elaborada segundo uma perspectiva dinâmica, no âmbito do texto/discurso. O tópico é definido por Brown e Yule (1983) como “aquilo do que se está falando”, mas só pode ser compreendido dentro do processo interacional, já que a interação interfere diretamente na sequência tópica. Jubran (1994, p. 62) estabelece essa convergência de atenção a um determinado assunto como reveladora do primeiro traço básico identificador do tópico discursivo: a *centração*. O segundo traço identificador do tópico discursivo é o fato de este poder dividir-se em tópicos mais específicos ou de menor abrangência, que, contudo, mantêm entre si uma relação de interdependência, característica denominada *organicidade*.

A organicidade pode ser observada em dois planos: *linear ou horizontal* e *vertical*. O primeiro indica a relação entre os tópicos na linha discursiva, em sua linearidade, noção por meio da qual compreendemos o fenômeno de continuidade, quando há organização sequencial dos tópicos e o fenômeno de descontinuidade, marcado pela perturbação dos tópicos e o fenômeno de descontinuidade, marcado pela perturbação na sequencialidade. O *plano vertical*, por sua vez, diz respeito às relações de interdependência existentes entre um determinado tópico e suas subdivisões. Em um trabalho posterior, a autora reporta-se aos dois planos mencionados da seguinte forma: “a organização horizontal corresponde à progressão dos tópicos no desenrolar do diálogo”, enquanto a organização vertical é “decorrente de uma sucessiva especificação do assunto em pauta, até os limites das necessidades interacionais”.

Além de *centração* e *organicidade*, outra propriedade do tópico é a *segmentação*. Ela consiste na delimitação dos vários segmentos ou porções tópicas, intuitivamente identificadas pelos falantes, na medida em que há na fala marcas desta delimitação tópica, mas que nem sempre constituem um critério absoluto, pois são facultativos, multifuncionais.

Cabe acrescentar que os discursos falado e escrito apresentam diferenças no que diz respeito à organização de desenvolvimentos tópicos. A conversação desenvolve a dinâmica tópica interativa (ou seja, com monitoramento local), ao passo que o texto escrito segue um processo enunciativo mais calculado, pois as suposições e interferências possibilitam um planejamento de maior abrangência. Essa diferença decorre das diferentes condições de produção de ambas as modalidades de exteriorização linguística: a oralidade ocorre em tempo real, ao passo que na escrita existe uma defasagem temporal entre a produção e a recepção.

2.2. Formas de continuidade tópica

Keenan e Schieffelin (1976) definem duas formas de continuidade tópica: a colaborativa e a incorporativa. No primeiro caso, a continuidade é estabelecida de forma estrita, ou seja, mantém-se rigorosamente o mesmo tópico discursivo em dois enunciados sucessivos ou numa sequência de enunciados:

(01) Doc. você falou em:: carreira... boa para a mulher né?

L2 ahn ahn

Doc. que tipo de carreira... fora essa... seriam digamos conveniente...

L2 *Olha ah o ti/o ti/ ah o especificamente o tipo de carreira ah eu acho que isso seria qual/qualquer uma () quer dizer:: o o::lado... o lado de ciências mais humana/ah de o lado humano o ou de::... ciências exatas como chamava-se no MEU tem::pó (...)* (NURC/SP, 360, l. 646-654).

No exemplo anterior, a informante L2 responde à documentadora com a retomada precisa do subtópico introduzido por esta última (“carreiras boas para a mulher”).

Já na continuidade incorporativa, a sequência de tópicos é estabelecida de forma menos rigorosa, já que se baseia em pressupostos e inferências, não na retomada estrita do tópico:

(02) (A informante discorre acerca da produção cinematográfica nacional).

L1 mas agora estão dizendo que estão passando aí um filme muito bom *O Predileto* não é?... você ouviu falar?

L2 é ()

L1 diz que é um filme também nesta linha brasileira...

até achei graça uma amiga minha disse... “eu gostei muito do filme... porque ele tem sobretudo... uma cafonice bem brasileira ((rindo))...

L2 ah

L1 retratando determinado mundo “...*eu acho que é muito bom... que o Brasil em literatura pelos seus escritores há bastante tempo... já deixou de ter o seu cordão umbilical... preso à Europa... e:: e todo o::... toda a América Latina já se desprende... desse cordão umbilical fazendo uma literatura muito... da terra muito do homem... nativo (...)* (NURC/SP, 333, l. 653-668).

A informante está tratando da produção cinematográfica nacional e, no trecho transcrito, menciona o filme *O Predileto*. A seguir, ela afirma que o Brasil e a América já alcançaram autonomia no plano cultural, e justifica essa afirmativa com base na literatura. Esse fato significa que existe continuidade entre os dois assuntos, mas ela só se estabelece em termos bem abrangentes, a partir do conhecimento de mundo das interlocutoras, pois ambos os assuntos relacionam-se com o tópico genérico *produção cultural*.

No texto a seguir, verificam-se ambas as formas de continuidade tópica:

(03) Reação tardia

O Brasil demorou para adotar uma posição mais firme em relação a Bashar al-Assad

Após o massacre promovido pelas forças sírias no vilarejo de Tremseh, na quinta-feira, a diplomacia brasileira elevou um pouco o tom de suas declarações relativas ao conflito que já matou, segundo a ONU, mais de 10 mil pessoas desde que manifestantes começaram a exigir a saída do ditador Bashar al-Assad, há 16 meses. A Cruz Vermelha já considera oficialmente que está em curso na Síria uma guerra civil. A reação brasileira, no entanto, vem tarde, se comparada ao que outras nações têm feito.

O uso desproporcional da força contra os manifestantes sírios já foi fartamente documentada, inclusive com a ocorrência de ações semelhantes à ocorrida na semana passada. Em maio, por exemplo, após a morte de cerca de 120 pessoas em Houla, diversos países ocidentais manifestaram seu descontentamento expulsando diplomatas sírios. O Brasil não tomou essa atitude, limitando-se a reafirmar os pedidos por um diálogo que encerrasse a crise no país árabe. Em 2011, quando ainda fazia parte do Conselho de Segurança da ONU, os representantes brasileiros tiveram pelo menos duas chances de se manifestar: em agosto, aprovaram uma declaração contrária ao governo sírio – o documento, no entanto, tem força melhor; quando foi votada uma resolução, em outubro, o Brasil optou pela abstenção. (GP, 18/7/2012).

O primeiro parágrafo fala do massacre ocorrido na Síria, o qual, segundo a ONU, configura uma situação de guerra civil. O segundo parágrafo dá continuidade ao anterior de forma explícita, pois cita exemplos que ilustram a gravidade da situação. No entanto, ainda nesse

mesmo parágrafo, a continuidade se torna menos estrita, pois o assunto passa a ser a tibieza e os equívocos do Itamaraty ao considerar esse assunto tão grave.

3. A expansão do tópico

3.1. Procedimentos discursivos de expansão do tópico

Os informantes utilizam procedimentos variados para a expansão do tópico. Esses procedimentos correspondem a diferentes formas de atuação e participação dos interlocutores e são realizados com dupla finalidade: reforçar a focalização do tópico em andamento, por meio do fornecimento de informações complementares ou adicionais, e fornecer pistas de contextualização que venham a situar os assuntos tratados no universo cognitivo-conceitual dos interlocutores.

Os procedimentos mais frequentes de expansão do tópico são citados a seguir:

3.1.1. Explicitação do tópico

Trata-se do procedimento de expansão ou desenvolvimento do tópico mediante o fornecimento de informações complementares ou esclarecimentos. A explicitação pode assumir feições distintas e aqui é mencionada a explicitação de conceitos.

(04) Doc. e como vocês veem a evolução da TV?

L1 *a evolução da TV... estou vendo a evolução da TV muito presa a singularidade brasileiras... e não se pode mesmo... analisá-lo fora do contexto brasileiro... então quando se pede à TV... a altura o nível... de uma televisão eu/europeia... meu Deus mas porque só a televisão tem que ter esta altura... quando as outras... os outros setores estão ainda claudicando... sob diversos aspectos? (NURC/SP, 333, l. 301-309).*

No exemplo anterior, a informante discute o conceito “evolução da TV” e, ao mesmo tempo, emite a sua opinião acerca do nível da TV brasileira.

No trecho escrito a seguir, explicita-se uma das formas para assegurar a qualidade de vida nas cidades:

(05) **Os cenários da cidade do futuro**

(Carlos Hardt)

Que o futuro das cidades tende a manter o atual processo de concentração de pessoas, serviços e consumo, ninguém duvida. Que a qualidade de vida dessas pessoas tende a melhorar sob alguns aspectos e piorar sobre outros, também. Para refletir sobre isso, pode-se prospectar três cenários da cidade do futuro. A cidade que tememos, a cidade de que gostaríamos e a cidade que de fato vai acontecer.

A primeira é a decorrente de tendências atuais, tendo um trânsito ainda mais comprometido, poluição aérea causando problemas respiratórios ainda mais graves, espaços urbanos – como ruas e praças – impossíveis de serem utilizados pela comunidade, serviços públicos de saúde, educação, segurança e saneamento ainda mais precários, um contingente enorme de famintos e desassistidos e todos, cada vez mais, entrincheirados em suas casas.

A exemplificação do tópico, em suas diversas modalidades, tem uma nítida feição contextualizadora, à medida que contribui para a criação de uma base de conhecimentos partilhados entre os interlocutores. Aliás, os diversos procedimentos de expansão do tópico exercem essa função contextualizadora, já que todos eles, de qualquer forma, contribuem para explicitar ou esclarecer o tópico.

Os procedimentos de explicitação fluem diretamente do tópico em andamento e, assim, geralmente não são introduzidos por marcadores conversacionais. Em apenas 14% das ocorrências verifica-se a presença de marcadores (*acontece que, você vê que, veja você, diz que*) que, na maioria dos casos, exercem outra função (sobretudo o envolvimento dos ouvintes), além de assemelhar a expansão do tópico.

3.1.2. Exemplo e analogia

Esse segundo procedimento consiste na alusão a casos particulares, representativos de uma dada situação. Veja-se o exemplo a seguir:

- (06) (Os informantes discutem os problemas advindos do crescimento, e a possibilidade de elas ficarem paralisadas).
- L1 (...) me parece que não não deve paralisar porque não tem... caso análogo (na história)... *você tem por exemplo (Tóquio) para fazer você conforme... o azar tem você fica quatro horas paralisado num trânsito.. (la.: qualquer).*
- L2 mas nem por isso deixa de ir ()
- L1 [mas isso é relativo né? você não pode ter:: não é global isso né? *então sei lá digamos uma regiãozinha ali::...; os que não estão acostumados com a cidade pum se mete no trânsito e se se se (ficam)... talvez até:: em São Paulo... eu nunca pego o trânsito... correto? (NURC/SP, 343, l. 460-471).*

A exemplificação torna o tópico em andamento mais concreto e acessível ao interlocutor, por meio da referência a um caso particular. No trecho citado, esse procedimento tem um valor argumentativo, já que o locutor contrapõe o seu ponto de vista (que as cidades não vão ficar paralisadas) ao de sua interlocutora. Essa função concretizadora confere aos exemplos um nítido caráter contextualizador, pois, por meio deles, o locutor dá à sua opinião maiores possibilidades de ser aceita pelo interlocutor. Com isso, verifica-se que o exemplo tem um nítido caráter interacional já que se volta para o interlocutor.

No texto a seguir, são citados exemplos de medidas positivas tomadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

(07) **LDO mal remendada**

Pode-se fazer pelo menos um comentário positivo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, aprovada na terça-feira pelo Congresso Nacional: é ruim, mas podia ser pior. A oposição conseguiu derrubar, na fase final de tramitação, alguns dispositivos perigosos, como a autorização para estatais firmarem contratos com preços acima das tabelas oficiais. Mas ainda ficaram brechas para a ganância e o desperdício de recursos públicos. O governo poderá, por exemplo, descontar do superávit primário – o dinheiro economizado para o serviço da dívida pública – os valores destinados a investimentos e programas sociais considerados prioritários. Sobraram, além disso, brechas para aumentos de gastos com pessoal, aposentados e pensionistas.

A LDO estabelece as linhas gerais do Orçamento federal, que deverão ser seguidas na proposta orçamentária que, todo ano, o governo envia ao Congresso até o fim de agosto. Deputados e senadores devem completar a votação do Orçamento até dezembro, antes do recesso de verão, mas de vez em quando a aprovação só ocorre no ano seguinte e o país é administrado durante alguns meses sem Orçamento. Quando isso ocorre, o Executivo é autorizado, normalmente, a pagar o pessoal e a realizar certas despesas consideradas indispensáveis.

Neste ano, assim como no ano passado, o governo incluiu na proposta da LDO uma permissão para executar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mesmo sem dispor de um Orçamento aprovado. Por acordo entre oposição e base governista, esse dispositivo foi mais uma vez derrubado. Com uma autorização desse tipo, o Executivo poderia executar a maior parte das políticas de seu interesse, no próximo ano, sem precisar de um Orçamento. Isso aumentaria o desequilíbrio entre Executivo e Legislativo, já considerável pelo menos em termos práticos. (OESP, 19/07/12)

Acrescente-se que, entre os casos de exemplificações ou alusão, predominam largamente as ocorrências introduzidas por marcadores conversacionais: em 81% dos casos verifica-se a presença de marcadores (*por exemplo, um exemplo é, você tem por exemplo, você vê e assemelhados*).

3.1.3. Justificativa ou relações causais

De forma genérica, todos os procedimentos de expansão justificam as afirmações do locutor, particularmente quando se trata de temas polêmicos. Em alguns casos, porém, o locutor sente a necessidade de justificar, de forma explícita, uma afirmação ou de indicar a causa/consequência de um fato. É o que se verifica no exemplo a seguir, no qual o informante explica por que o método “braçal” foi substituído pelo computador no cálculo de estruturas:

- (08) L1 Acontece o seguinte... quando eu estudei éh... tive
que... éh:: aprender uma série de métodos de... cálculo dimensionamento de pontes.
- L2 Ahn
- L1 agora vários desses... vários desses métodos não não não são mais necessários... não se aprende porque:: *eles estão suplantados né? você não precisa mais calcular ocompu/ o computador calcula... e cada vez mais ocomputador adquire... uma:: capacidade de calcular as coisas... não é que ELE adquire () já lançaram... computadores mais aperfeiçoados certo?*
- L2 ahn ahn
- L1 então eu peguei uma fase em que estava mais ou menos bom:: sei lá eu achei bom::... que eu aprendi bastan::te... como fazer eu mesmo... e depois aprendi como fazer pelo computador... *então eu sabia dos dois jeitos né? como eu teria que fazer...*
- L2 ahn ahn
- L1 *Utilizando a matemática e... como eu teria que fazer utilizando o computador* (NURC/SP, 343, l. 838-886).

Na primeira ocorrência, o locutor justifica por que já não se utilizam os métodos de cálculo pela matemática. No segundo enunciado sublinhado, ficam explícitas as consequências de ele (o informante) ter aprendido dos dois modos.

(09) **A universidade interessa a todos**

Caso sigam a orientação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), os professores que paralisaram 56 das 59 universidades federais brasileiras (incluindo a UFPR e a UTFPR), além de 34 dos 38 Institutos Federais de educação superior, deverão recusar a proposta de reajuste feita pelo governo federal na semana passada para encerrar uma greve que já completa dois meses. “É impossível delimitar um prazo para o fim do movimento”, disse o vice-presidente da entidade, Luiz Henrique Schuch. A paralisação também envolve os servidores técnico-administrativos das instituições (...)

Esta atitude em relação ao ensino superior não deixa de ser um reflexo da maneira como o brasileiro encara as mazelas da educação pública em geral. Parece haver uma tolerância maior com os problemas na educação que com as deficiências de outros serviços públicos. O baixo envolvimento não apenas do governo, mas também de pais e alunos na discussão sobre os rumos do ensino é um dos fatores que explicam os fracos resultados do Brasil nos indicadores educacionais – no domingo passado, esta **Gazeta** mostrou que o investimento do país em seus universitários está no mesmo nível de nações desenvolvidas, mas os resultados estão muito longe dos observados nas instituições de ponta. Nas redes de ensino fundamental e médio, que proporcionalmente investem bem menos nos alunos que a educação superior, a fraca pontuação dos estudantes brasileiros em ranking internacionais como o Pisa causa menos indignação que os fracassos colhidos pelo país em outras áreas, às vezes bem menos importantes. (GP, 19/7/2012).

Neste último parágrafo, o jornalista afirma que o pequeno envolvimento da população nos problemas educacionais se deve à tolerância generalizada com a baixa qualidade de ensino e à indiferença com os reflexos da deficiência na vida nacional. Nesse caso, a explicitação, assume a feição de justificativa e também permite a expansão do tópico.

A expansão por justificativa ou relações causais tem, como os processos já focalizados, um papel interacional, já que contribui para a criação de um contexto comum, partilhado entre os interlocutores. Além disso, esse procedimento contribui para a construção de uma imagem positiva do locutor: ao embasar suas afirmações em dados concretos, que se tornam mutuamente acessíveis, ele busca ser reconhecido como alguém que domina o assunto em pauta e não faz afirmações sem fundamento.

3.1.4. Opinião pessoal ou avaliação

Neste caso, a expansão do tópico ocorre por meio de um juízo ou opinião pessoal, os quais, com frequência, representam uma avaliação do assunto em pauta:

(10) (A informante do seu relacionamento inicial com a televisão).

- L1 (...) houve uma época na minha vida que a literatura:: me fazia prestar muita atenção... e eu queria era uma fuga... então a minha fuga... era me deitar na cama... ligar o:: receptor e ficar vendo... ficar vendo... e:: aí eu comecei a prestar atenção naquela tela pequena... *vi... não só que já se fazia muita coisa boa e também muita coisa ruim é claro... mas:: vi também todas as possibilidades... que aquele veículo... ensejava e que estavam ali laTENtes para serem aproveitados...* (NURC/SP, 333, l. 13-21).

No exemplo anterior, ocorre um deslocamento parcial do tópico, uma forma de continuidade menos estrita, pois o enfoque deixa de ser a televisão em si e recai na opinião da informante acerca das potencialidades desse veículo. Existe, pois, uma cisão (parcial) do foco, o qual passa a incidir, a um só tempo, sobre o assunto em si (a televisão) e sobre o assunto em si (a televisão) e sobre o locutor.

Fica claro, porém, que não há ruptura tópica, mas uma manifestação da subjetividade da própria informante. Apesar desse caráter subjetivo, verifica-se que a opinião pessoal possui também um caráter contextualizador e evidencia a relevância do assunto em questão: ao tratar das potencialidades da TV, a informante ressalta a importância desse veículo.

No exemplo anterior, a informante introduz espontaneamente uma opinião.

Veja-se também o texto a seguir:

(11) **As consequências do crédito facilitado**

(Amilton Dalledone Filho)

Crédito! Muitas pessoas preocuparam-se em tê-lo, mas quais são as consequências do crédito facilitado em longo prazo? Para responder a essa pergunta precisamos, primeiro, analisar alguns fatores, entre eles o hábito, a necessidade imediata do brasileiro em consumir e os incentivos ao consumo.

O brasileiro, por natureza, é um consumidor nato; não mede esforços para conquistar os seus sonhos de consumo. Grande parte da população consome de forma compulsiva, entendendo que o que vale é o preço baixo e a oportunidade da compra. Mas, como a impossibilidade de fazer compras à vista pode retardar a conquista imediata, é necessário um “motivo” que justifique a compra – como uma liquidação, um incentivo fiscal ou uma promoção. (GP, 20/7/2012).

No segundo parágrafo, o autor menciona, aparentemente um dos fatores que explicam o aumento do aumento, no entanto, a ausência de dados comprobatórios faz com que a afirmação tenha antes as características de uma opinião a respeito da atividade dos brasileiros.

3.1.5. Objeção ou ressalva

Incluem-se neste item os casos em que um dos interlocutores dá continuidade ao tópico em andamento por meio da manifestação de um juízo ou ponto de vista contrário ao do seu interlocutor.

(12) (Os informantes discutem questões referentes a emprego e trabalho).

- L1 Então o desen/ o desenvolvimento é bom porque ele dá chance de emprego para mais gente...
- L2 mas você está pegando uma coisinh::nhá assim sabe? um cara que esteja desempregado também eu posso... usar o mesmo exemplo num num sentido do contrário... o cara que está desempregado porque não consegue se empregar né? na verdade não quer... ou um outro que:: assim... muito bem empregado executivo chefe da empresa e tal mas cheio das neuroses dele... eu não sei qual está melhor...

- L1 então você tem que abstrair desse aspecto porque você pode ter ambos os casos você tem que pegar na média esquecendo esse aspecto particular...
- L2 É mais aí: é o tal negócio eu não me preocupo muito com a média... pra mim interessa: o indivíduo né?... salvação individual então eu pensar... como é que está essa média como é que está aquela... como é que está a ou/... () realmente me faltam dados né? de eu não procurar esses dados de eu não me tocar muito... e ver:....
- L1 é eu às vezes me preocupo com... digamos com a média pelo seguinte... eu me preocupo com o que que eu estou contribuindo com o bem da média ou não... porque porque eu pego e calculo uma coisa que chegou a mim... e de mim vai para outros (NURC/SP, 343, l. 555-580).

L1 afirma que o desenvolvimento é bom, porque assegura emprego para as pessoas, mas L2 refuta essa colocação, e fala que nem sempre a pessoa empregada é feliz. L1 contradiz essa colocação e afirma que é preciso preocupar-se com a média, mas L2, sendo psicóloga, afirma que é preciso preocupar-se com o indivíduo.

Verifica-se, assim, que não há continuidade estrita entre as falas, pois a objeção ou a ressalva implicam uma mudança parcial de enfoque. Existe, por certo, a continuidade, mas ela ocorre em termos abrangentes (nesse caso, em referência ao tópico emprego).

Veja-se o teto a seguir:

(13) **Analfabetos na universidade**

Sempre se soube que um dos principais entraves ao crescimento do Brasil é o gargalo educacional. Novas pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais grave do que se supunha. A mais recente, elaborada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que 38% dos estudantes do ensino superior no país simplesmente “não dominam habilidades básicas de leitura e escrita”.

No entanto, o tempo para a reversão desse quadro é curto. O sentido de urgência se dá diante do desafio de colocar o Brasil entre os países mais competitivos do mundo, ante o encolhimento dos mercados por conta da crise. A situação de semianalfabetismo nos *campi* brasileiros – que contraria o discurso populista da presidente Dilma Rousseff segundo o qual seu governo, como o anterior, cuida mais dos jovens do que do PIB – talvez seja o indicador mais importante para medir o tamanho do fosso que nos separa do mundo desenvolvido. (OESP, 20/7/2012).

A conjunção “no entanto” possui um nítido valor argumentativo e enfatiza que, a despeito da gravidade da situação, o tempo é curto para eliminar as falhas apontadas.

98% dos casos de objeção ou ressalva são introduzidos por um marcador conversacional de valor argumentativo. *Mas* constitui o marcador prototípico dessa modalidade de continuidade tópica, no entanto outros também aparecem (*porém, se bem que...*).

3.2. Comentários acerca dos procedimentos de expansão do tópico

3.2.1. Procedimentos de expansão e formas de continuidade tópica

Os procedimentos de expansão dividem-se em dois grupos, quando associados às formas de continuidade tópica. Incluem-se no primeiro grupo a explicitação (em suas diversas formas), a exemplificação ou analogia, e as relações causais, procedimentos nos quais ocorre a retomada do tópico em sentido estrito (continuidade colaborativa). Já dois outros procedimentos de expansão estudados (opiniões e juízos, objeções e ressalvas), ocorre a retomada do tópico em termos amplos (continuidade incorporativa). Com efeito, verifica-se, nesses dois procedimentos, o enfoque se desloca do assunto em si para a esfera da subjetividade, manifestada pelo modo de ver ou sentir do locutor ou, ainda, por um ponto de vista divergente.

A continuidade do assunto em termos estritos constitui a forma de expansão mais nítida e evidente, pois nela ocorre o desdobramento do tópico. Com esse desdobramento, o locutor procura evidenciar a pertinência do tópico e do enfoque por ele atribuído, e do mesmo modo, busca inserir o assunto tratado no universo cognitivo e conceitual dos demais interlocutores.

Nas formas de continuidade incorporativa não há propriamente um desdobramento do assunto, mas a exposição da opinião ou do ponto de vista do locutor. Por isso mesmo, essas formas são menos frequentes, e correspondem a momentos específicos do desenvolvimento da interação, nos quais aflora, de forma mais direta, a subjetividade dos interlocutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 189-214.
- BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse Analysis*. London: Oxford Press, 1983.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; PRETI, Dino (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v. II. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T.A. Queiroz/FAPESP, 1987.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- JUBRAN, Clélia Cândida Spinardi *et alii*. Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*, v. II. Níveis de análise linguística. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1993, p. 357-397.
- _____. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*, v. III. As abordagens. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1994, p. 61-74.
- KEENAN, Elinor Ochs; SCHIEFFELIN, Bambi B. *Topic as a discourse notion: a study of topic in the conversations of children and adults*. In: LI, Charles N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 337-384.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. *Relevance*. Communication and cognition. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.